

**EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL
NO BRASIL**

SIMBIOSES ENTRE
O ARCAICO E O
MODERNO NA OFERTA
E NO FINANCIAMENTO

Conselho Editorial Educação Nacional

- Prof. Dr. Afrânio Mendes Catani – USP
- Prof. Dra. Anita Helena Schlesener – UFPR/UTP
- Profa. Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira – Unicamp
- Prof. Dr. Elton Luiz Nardi – Unoesc
- Prof. Dr. João dos Reis da Silva Junior – UFSCar
- Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho – Unicamp
- Prof. Dr. Lindomar Boneti – PUC / PR
- Prof. Dr. Lucidio Bianchetti – UFSC
- Profa. Dra. Dirce Djanira Pacheco Zan – Unicamp
- Profa. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida – Unoesc/Unicamp
- Profa. Dra. Maria Eugenia Montes Castanho – PUC / Campinas
- Profa. Dra. Maria Helena Salgado Bagnato – Unicamp
- Profa. Dra. Margarita Victoria Rodríguez – UFMS
- Profa. Dra. Marilane Wolf Paim – UFFS
- Profa. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro – UFPI
- Prof. Dr. Renato Dagnino – Unicamp
- Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva – UTP / IFPR
- Profa. Dra. Vera Jacob – UFPA

Conselho Editorial Educação Internacional

- Prof. Dr. Adrian Ascolani – Universidad Nacional do Rosário
- Prof. Dr. Antonio Bolívar – Facultad de Ciencias de la Educación/Granada
- Prof. Dr. Antonio Cachapuz – Universidade de Aveiro
- Prof. Dr. Antonio Teodoro – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
- Profa. Dra. Maria del Carmen L. López – Facultad de Ciencias de la Educación/Granada
- Profa. Dra. Fatima Antunes – Universidade do Minho
- Profa. Dra. María Rosa Misuraca – Universidad Nacional de Luján
- Profa. Dra. Silvina Larripa – Universidad Nacional de La Plata
- Profa. Dra. Silvina Gvirtz – Universidad Nacional de La Plata

Josué Vidal Pereira

**EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL
NO BRASIL**

SIMBIOSES ENTRE
O ARCAICO E O
MODERNO NA OFERTA
E NO FINANCIAMENTO

MERCADO[®]
LETRAS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pereira, Josué Vidal

Educação profissional no Brasil : simbioses entre o arcaico e o moderno na oferta e no financiamento / Josué Vidal Pereira. – 1. ed. – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2021.

Bibliografia.

ISBN 978-85-7591-597-4

1. Educação profissional – Brasil 2. Educação profissional – Brasil – História 3. Escolas públicas – Brasil 4. Políticas educacionais 5. Políticas públicas – Brasil I. Título.

21-92269

CDD-370.11306081

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Educação profissional : História 370.11306081

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide
preparação dos originais: Editora Mercado de Letras
revisão final: do autor
bibliotecária: Eliete Marques da Silva – CRB-8/9380

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

VR GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-lettras.com.br

livros@mercado-de-lettras.com.br

1ª edição

2 0 2 2

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

Dedicatória

*À Professora Doutora Maria Emília de Castro Rodrigues
(in memoriam)*

*Expoente educadora e pesquisadora freireana (PPGE/FE/
UFG), cuja trajetória foi marcada pela incansável luta em
defesa de educação pública de qualidade para todos (as). Foi
vítima da COVID-19 e de um governo genocida.*

Agradecimentos

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFG, em especial ao Professor Dr. Nelson Cardoso Amaral pela dedicação e generosidade no processo de orientação da pesquisa.

Ao professor Gabriel Grabowski pelas contribuições e pela apresentação deste livro.

À minha família.

Aos meus amigos e amigas.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
<i>Gabriel Grabowski</i>	
INTRODUÇÃO	13
capítulo 1	
A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: HISTÓRIA E IDENTIDADE	17
capítulo 2	
A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, A ABERTURA NEOLIBERAL E O DESEMPREGO ESTRUTURAL: IMPACTOS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	81
capítulo 3	
LÓGICAS DE FINANCIAMENTO E OFERTAS DA EP NO BRASIL: O VELHO E O NOVO COMO FACES DE UMA MESMA MOEDA	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	189
REFERÊNCIAS	195

APRESENTAÇÃO

Vivemos tempos sombrios, onde as piores pessoas perderam o medo e as melhores perderam a esperança.

Hannah Arendt

O professor e pesquisador em educação Josué Vidal Pereira nos brinda com esta obra sobre *Educação Profissional no Brasil: Simbioses entre o arcaico e o moderno na oferta e no financiamento*. Na esteira do pensamento de Francisco Oliveira (1933-2019) que apontou a convivência de modernização e de atraso na economia brasileira, combinando modernização e exclusão, através de relações de superexploração da mão de obra barata e pela exclusão de boa parte da sociedade.

Nesta perspectiva, o livro é resultado de uma densa pesquisa, análise e contribuição sobre os desafios da educação profissional no Brasil. O autor aborda a história desta modalidade; o desemprego estrutural que afeta, fundamentalmente, as juventudes; análise as contradições entre o público-privado a partir do financiamento e, por última, amplia a o olhar sobre a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

A disputa pelo controle da formação dos jovens tem se apresentado na história da educação brasileira de diversas formas, sendo a do ensino médio, da educação profissional e o acesso ao

ensino superior as mais intensas. Nas últimas cinco décadas (desde 1970), diversas propostas e ideologias reformistas foram testadas – sendo que a grande maioria fracassou –, mas, continuamos produzindo descontinuidades de políticas educacionais de Estado e promovendo reformas isoladas do contexto social dos estudantes e, o mais grave, sempre culpabilizando a escola, os professores e os próprios jovens pela falta de engajamento.

O Brasil persiste em ser perigoso para jovens. Principalmente para jovens negros e da periferia. Último país da América a abolir a escravidão, os jovens brasileiros negros e pobres constituem o público mais vulnerável. É a parcela que ganha menos, sofre com desemprego, recebe os salários mais baixos mesmo quando possuem o mesmo nível de escolaridade. Continua sendo a população com menor acesso e sucesso à educação e à saúde.

No país com desigualdades extremas e racismo estrutural, outro risco e angústia juvenil é a luta pela sobrevivência por meio da geração de renda, trabalho ou inserção no mercado de trabalho. Estudos revelam que, historicamente, os jovens são os mais afetados pelo desemprego estrutural, em todas as sociedades. Porém, análises da conjuntura do mercado de trabalho no Brasil nos anos mais recentes tem destacado que, em crises econômicas, os mais afetados são os jovens. O IPEA, no estudo “Diagnóstico da inserção de jovens brasileiros no mercado de trabalho em um contexto de crise e maior flexibilização” (2020), constatou um expressivo aumento na taxa de desemprego de jovens, principalmente entre 2015 e 2017.

A proporção de jovens desempregados que buscavam trabalho há pelo menos um ano, que era de 29,9% no primeiro trimestre de 2013, aumentou para 38,8% no primeiro trimestre de 2019. Esse fato é extremamente preocupante, principalmente para os jovens que estão iniciando sua carreira profissional.

Sabemos que não cabe somente às políticas educacionais, muito menos a reformas curriculares, o poder de gerar trabalho, renda e empregos aos jovens. Desenvolvimento social, econômico e geração de trabalho derivarão de projetos de nação e de macro

políticas em que a educação seja parte. Portanto, atribuir às escolas, a escolaridade e profissionalização dos jovens a responsabilidade pela inserção social e laboral é, no mínimo, desonestidade intelectual e falseamento da realidade, ou seja, reformismo ideológico.

A educação profissional é uma modalidade que, quando pensada como uma política pública de Estado, ancorada numa concepção de formação integral e politécnica, viabiliza o exercício da cidadania, municia os cidadãos com recursos para se inserirem na sociedade e para progredirem no trabalho, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, principalmente, ao enfatizar a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos.

Além dessa dimensão formativa de pessoas na condição de cidadãos e de trabalhadores inseridos socialmente, a educação profissional é, sem dúvida, uma estratégia nacional e de Estado, diretamente relacionada com o desenvolvimento das forças produtivas, com a diminuição da vulnerabilidade científica e tecnológica e, primordialmente, com a retomada do desenvolvimento econômico, social, cultural, político e educacional. Dessa forma, está em jogo uma sociedade onde o direito à educação é um pressuposto para ser possível o desenvolvimento de todos num mundo mais solidário, democrático e cooperativo e menos autoritário, discricionário e perverso.

A reforma do “novo” ensino médio (Lei nº 13.415/2017) e as novas diretrizes geral para educação técnica e tecnológica, com o congelamento do investimento público por vinte anos, instaurando um novo regime fiscal desde a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, líquida com a educação pública de nível superior e pauta o ensino médio pela lógica mercantil, deixando terreno para o mercado privado.

“Resistir é preciso, fazer não é preciso”: as contrarreformas do ensino médio no Brasil (Frigotto e Ramos 2017) apontam que em um horizonte imediato de retomada das lutas coletivas em defesa da educação pública universal, gratuita, laica e das concepções

da escola unitária, formação politécnica e tecnológica e, como travessia, o ensino médio integrado, é a organização em curso da Conferência Nacional Popular de Educação. De outra parte, pelo significado que assumiu a Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica e a sua amplitude em nível nacional, cabe a construção de uma agenda coletiva de resistência à contrarreforma do ensino médio e ao desmonte dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

O livro do Josué é um instrumento de luta e resistência.

*Prof. Dr. Gabriel Grabowski**

* Mestre e Doutor em Educação (UFRGS). Professor da Universidade Feevale. Membro do Conselho Estadual de Educação do RS. Membro da Diretoria da AESUFOPE e do Corede CONSINOS

INTRODUÇÃO

A Educação Profissional ao longo de sua história, tem se constituído como objeto de estudo de modo marginal, quando se compara a outras temáticas que perpassam o interesse da academia, a exemplo daquelas relacionadas à Educação Básica, as quais via de regra diz respeito às demandas e interesses dos grupos médios e superiores da sociedade, constituindo-se, muitas vezes em modismos da produção científica, como é o caso dos estudos sobre *bullying*, entre outros.

Deve-se, no entanto, ressaltar que nas últimas duas décadas à educação dos trabalhadores passa a ocupar maior interesse dos pesquisadores e pesquisadoras, o que parece ser reflexo de um lado, das mudanças pelas quais as sociedades vem passando a partir da transição do taylorismo-fordismo para o modelo flexível de acumulação – que iria demandar a compreensão, inclusive pelos intelectuais orgânicos do capital, de que tipo de trabalhador e do *quantum* seriam necessários nessa nova etapa da acumulação capitalista, e de outro da implementação de programas e políticas governamentais que ensejaram tanto na expansão da oferta de cursos na área, como também a indução oriunda da expansão dos programas de Pós-Graduação no país.

Este livro tem como objetivo apresentar ao leitor uma perspectiva de Educação Profissional situada criticamente, a partir

da compreensão de que se trata de uma modalidade historicamente voltada aos grupos subalternos, o que a *priori* se constitui como elemento, talvez, o mais importante na formação da sua identidade enquanto educação de classe, numa sociedade profundamente dividida entre uma minoria detentora do capital e de uma imensa maioria cuja venda da sua força trabalho é o único meio de obtenção de sua existência.

Contudo, embora a Educação Profissional no Brasil, tenha adquirido identidade própria em razão do seu passado marcado pelo Modo de Produção Escravista Colonial e seus desdobramentos econômicos e sociopolíticos quando da formação do capitalismo nacional, não se deve perder de vista, que a lógica da criação e implementação de políticas de educação dos trabalhadores é dada pelo próprio capitalismo. Isso se aplica de modo geral a todos os países sob a égide desse sistema, embora com especificidades dadas por cada realidade nacional e/ou regional.

Um filósofo holandês radicado na Inglaterra – Bernard Mandeville, ainda no século XVIII, que não chegou a vivenciar a primeira Revolução Industrial, já apontava o tipo de trabalhador que o capitalismo passaria a demandar a partir de suas transformações, conforme registram Ciavatta e Rummert (2010) numa epígrafe sobre o debate em tela,

O conhecimento não só amplia como multiplica os nossos desejos (...). Portanto, o bem-estar e a felicidade de todo Estado ou Reino requerem que o conhecimento dos trabalhadores fique confinado dentro dos limites de suas ocupações e jamais se estenda (...) além daquilo que se relaciona com sua missão. (p. 1)

Em que as transformações mais recentes no âmbito do sistema produtivo, pelas quais passaram a demandar uma formação mais ampla e sólida em vista da necessidade de um trabalhador polivalente, ou melhor, de uma fração de trabalhadores polivalentes, o modo como a modalidade é concebida por exemplo nos países de

capitalismo avançado, deixa-nos pistas de como a formação para o trabalho ainda é assumida com uma visão de subalternidade. É o caso da União Europeia, onde a modalidade é denominada *Vocational Education and Training*, que em tradução livre seria Educação Vocacional e de Treinamento, levando-nos a supor que os filhos das classes subalternas já nascem vocacionados, com dons dirigidos às ocupações onde predominam o trabalho manual em prejuízo do trabalho intelectual, estes reservados às classes dirigentes.

Este trabalho, produto das pesquisas de doutoramento do autor, parte do pressuposto de que há uma lógica político-econômica que determina o financiamento e as ofertas de cursos e Instituições envolvidas na Educação Profissional no Brasil. Trata-se de uma organicidade entre o arcaico e o moderno, entre o treinamento precário e uma formação científico-cultural sólida, dada pelo atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas que não requer que a totalidade da força de trabalho tenha acesso a uma formação geral e técnico-profissionalizante, e ainda sua verticalização por meio de cursos superiores de graduação e pós-graduação.

Este livro está estruturado em três capítulos. No primeiro, apresenta-se uma recuperação histórica da Educação Profissional no país, buscando por meio de levantamento bibliográfico e análise documental, os fundamentos históricos que explicam a dualidade presente na educação brasileira, que relega aos grupos subalternos às funções nas quais predominam os trabalhos manuais subremunerados bem como a atuação do Estado em vista de atender às demandas do sistema produtivo, ao passo em que transfere para entes privados parte do seu papel de formação da força de trabalho, lógica que conforme veremos se faz presente nas políticas analisadas neste trabalho.

No segundo capítulo buscou-se analisar as mudanças ocorridas no âmbito do sistema produtivo, quando da passagem do modelo taylorista-fordista da organização do trabalho e da produção, para uma nova fase de desenvolvimento capitalista na qual

predomina o modelo flexível de acumulação. Além de demandar um novo tipo de formação e disciplinamento do trabalhador, este novo modelo, profundamente marcado pela revolução microeletrônica, enseja no enrijecimento do fenômeno do desemprego estrutural que afeta sobretudo a juventude, esta abandonada por um Estado neoliberal, que busca na escola no mais das vezes uma saída ideológica, como se a educação fosse capaz de resolver os grandes dilemas do capitalismo contemporâneo.

No terceiro e último capítulo, são apresentados dois modelos de ofertas e de financiamentos da Educação Profissional no país, os quais corroboram os pressupostos deste trabalho. O primeiro direcionado às parcelas mais marginalizadas da sociedade, com propostas de massificação da oferta de força de trabalho, nas quais predominam cursos com baixas cargas horárias e promessa de inserção imediata no mercado de trabalho. Trata-se, sob a perspectiva deste estudo, do uso ideológico da educação, e da transferência para o indivíduo da responsabilidade pelas mazelas sociais. Por outro lado, apresenta-se dados e análises de séries históricas do financiamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que embora tenha passado por processo significativo de ampliação, não consegue atender a alta demanda social por uma educação com alto potencial de inserção do indivíduo na sociedade e no mundo do trabalho de modo mais autônomo e crítico.